

O 25 DE ABRIL , COMEÇOU EM ÁFRICA

ANTÓNIO SIMÕES DO PAÇO
JORGE FONTES
PAMELA PERES CABREIRA
RAQUEL VARELA
ROBERTO DELLA SANTA
(COORD.)

ÍNDICE

- 7 Introdução
- 15 Portugal e o fim do ultracolonialismo
Perry Anderson
- 145 A revolução em África: luta armada e mobilização política na Guiné 1963-1974
José Augusto Pereira
- 161 Portugal 1974-1975: o sonho esquecido
Peter Robinson
- 213 O exílio lusitano no Brasil em oposição ao Estado Novo português
Jorge Fontes
- 223 “A luta da Sogantal é a luta de todos nós trabalhadores!” Operárias em luta durante a revolução de 25 de Abril de 1974
Pamela Peres Cabreira
- 241 Sem amos, ou a ilusão do fim das classes
João Carlos Louçã
- 257 A “geringonça” e o futuro do Estado “social”
Jorge Fontes e Raquel Varela
- 273 A lei laboral portuguesa no período da democracia constitucional (1976-2011): uma nota essencial
Eduardo Petersen

INTRODUÇÃO

“A liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal”

Amílcar Cabral

Como nos diz José Augusto Pereira no capítulo que assina neste livro, “foi a partir das guerras anticoloniais desencadeadas na Guiné, em Angola e em Moçambique que se forjaram os oficiais que se reuniram em torno do Movimento dos Capitães, depois Movimento das Forças Armadas, a força por detrás do golpe militar que derrubaria o salazarismo. O 25 de Abril de 1974 confirmaria a afirmação de Amílcar Cabral segundo a qual ‘a liquidação do colonialismo português arrastará a destruição do fascismo em Portugal’”.

O ponto de vista deste livro, e por isso se intitula *O 25 de Abril começou em África*, é precisamente este: a revolução que na metrópole se iniciou em 25 de Abril de 1974 é largamente tributária das guerras de libertação travadas pelos movimentos independentistas de Angola, Guiné e Moçambique entre 1961 e 1974.

O argumento acima invocado por J. A. Pereira parece dificilmente refutável: foi o MFA que derrubou a ditadura; e o MFA nasceu das contradições acumuladas no Exército Português ao longo de 13 anos de guerra; a fusão de um movimento juvenil, universitário e trabalhador, na metrópole, que crescentemente recusava a integração no Exército colonial com os quadros mais jovens desse mesmo Exército – aqueles que suportavam no terreno o “esforço de guerra” –, capitães e oficiais subalternos, deu o empurrão decisivo no regime salazar-marcelista. (1)

(1) A divisão no seio da instituição militar torna-se ainda mais óbvia quando confrontamos o carácter do MFA como movimento de capitães e oficiais subalternos com a obediência canina ao regime dos altos comandos das Forças Armadas, bem ilustrada pelo episódio que ficaria conhecido como o da “Brigada do Reumático”: a 14 de março de 1974 um grupo de oficiais generais representando os três ramos das FAP foi junto de Marcelo Caetano jurar fidelidade ao regime – que cairia dali a pouco mais de um mês.

Porém, esta aparente evidência não tem, ou quase não tem, correspondência na historiografia portuguesa da revolução (já para não falar dos manuais escolares do básico e do secundário), que tende a tratar a resistência ao regime e o seu derrube como se fosse um assunto interno do rectângulo português, ignorando a dimensão colonial – o Portugal “do Minho a Timor”, como dizia a propaganda do regime do Estado Novo.

Creemos que a historiografia dominante deste período continua contaminada por uma versão paroquial dos conflitos sociais no Portugal da segunda metade do século XX, a que não será alheio o facto de a legitimação política de algumas das forças que se afirmaram no pós-25 de Abril assentar em boa medida na reivindicação das suas credenciais na resistência antifascista. E a própria “redenção democrática” de uma parte da população portuguesa que de resistente teve muito pouco. À semelhança da França pós-1945: dir-se-ia que todos os franceses tinham sido resistentes e o regime colaboracionista de Vichy nunca existira. “Cravo vermelho ao peito a muitos fica bem / sobretudo faz jeito a certos filhos da mãe”, cantava José Barata Moura a seguir ao 25 de Abril de 1974.

Esta nossa asserção em nada diminui o papel da luta antifascista travada no Portugal “continental”, em condições muito duras e ao longo de décadas, por anarquistas e anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas de várias denominações e outros democratas antifascistas. Nem ilude o facto de boa parte dos quadros políticos dos movimentos de libertação se terem formado no Portugal “continental”, em estreito contacto com resistentes portugueses – o exemplo maior é a Casa do Estudantes do Império, fundada pelo Estado Novo em 1944 e que se tornou berço do Movimento Anticolonial (MAC), viveiro de dirigentes dos movimentos nacionalistas de libertação como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Lúcio Lara, Marcelino dos Santos, Joaquim Chissano ou Amílcar Cabral, para dar apenas alguns exemplos mais conhecidos. (2)

A transposição das revoluções anticoloniais para revoluções nas respectivas metrópoles foi uma hipótese aventada pela Internacional Comunista antes da sua estalinização (e posterior extinção). Essa hipótese não se verificou no caso do império britânico, nem do francês – apesar do grande abalo ao regime gaulista que significou a guerra pela independência da Argélia –, mas veio a verificar-se no mais antigo (e mais decrépito) dos impérios coloniais: o português.

(2) O que levou o regime a extingui-la em 1965.

Do lado dos poderes coloniais, o medo de que isso acontecesse esteve sempre presente no discurso dos dirigentes do Estado Novo. Um dos pontos de argumentação de Franco Nogueira (3) em defesa da política ultramarina portuguesa, na imprensa internacional ou na ONU, era de que Portugal em África estaria a defender o Ocidente da penetração do “comunismo” ou da União Soviética. Se não fosse a política colonial portuguesa, “os russos”, que já estariam presentes no Norte de África, brevemente estariam “em Moçambique, em Angola e no restante da África Equatorial e Meridional”. (4) E por via das colónias portuguesas chegariam à Europa Ocidental.

Este livro do Grupo de História Global do Trabalho da UNL abre com um longo artigo de Perry Anderson, “Portugal and the End of Ultra-Colonialism” (Portugal e o fim do ultracolonialismo) publicado na *New Left Review* em três partes, em 1962. (5) Este trabalho continua inédito em Portugal, embora tenha tido uma edição brasileira em 1966. (6) Nesse artigo, Perry Anderson considerava, de forma excessivamente otimista, que o império português estava a chegar ao fim – já que esse “fim” iria arrastar-se por mais uma boa dúzia de anos. Propunha-se depois “examinar a história e a estrutura desse império”. E acrescentava que a novidade do “presente estudo” estava em “sugerir um modelo teórico que possa integrar o material disponível num todo coerente e significativo”. Após “um relato conciso do próprio Portugal contemporâneo, como centro de determinação das suas colónias”, seguia-se “uma história resumida do império e, depois, uma análise estrutural do imperialismo português tal como hoje existe”. As secções seguintes descreviam as guerras em Angola e na Guiné. E finalmente, o processo de descolonização era “examinado como um todo e avalia[va]-se o respectivo impacto na sociedade do Portugal metropolitano”.

O conceito de ultracolonialismo usado por Perry Anderson é definido como o de um colonialismo que era “simultaneamente a mais primitiva e a mais extremista modalidade de colonialismo”, sublinhando o “uso sistemático de trabalho forçado” como “o aspecto mais notório da colonização portuguesa na África”.

(3) Foi ministro dos Negócios Estrangeiros do Estado Novo entre 16 de abril de 1961 e 5 de outubro de 1969.

(4) Franco Nogueira, *Debate Singular*, Ática, Lisboa, 1970, p. 170.

(5) NLR 1/15 May June 1962, NLR 1/16 July August 1962 e NLR 1/17 Winter 1962.

(6) *Portugal e o fim do ultracolonialismo*, Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 1966.